

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CAMPUS LITORAL NORTE**  
**DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA**  
**NATUREZA**

Matheus Philippsen

**UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E DA ESCOLARIDADE**  
**DOS PESCADORES ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE IMBÉ,**  
**SUL DO BRASIL**

**Orientador:** Jonas José Seminotti

Tramandaí

2019

MATHEUS PHILIPPSEN

**UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E DA ESCOLARIDADE  
DOS PESCADORES ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE IMBÉ,  
SUL DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do título de licenciatura em  
Educação do Campo – Ciências da  
Natureza na Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jonas José Seminotti

Tramandaí, 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Philippsen, Matheus  
UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E DA ESCOLARIDADE  
DOS PESCADORES ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE IMBÉ, SUL DO  
BRASIL / Matheus Philippsen. -- 2019.  
43 f.  
Orientador: Jonas José Seminotti.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus  
Litoral Norte, Licenciatura em Educação do Campo,  
Tramandai, BR-RS, 2019.

1. Pescadores Artesanais. 2. População Tradicional.  
3. Escolaridade. I. Seminotti, Jonas José, orient.  
II. Título.

MATHEUS PHILIPPSEN

**UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIAIS E DA ESCOLARIDADE  
DOS PESCADORES ARTESANAIS NO MUNICÍPIO DE IMBÉ,  
SUL DO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em:

Banca examinadora:

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Jonas José Seminotti  
Orientador: Dr. Jonas José Seminotti  
Examinador 1

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jaqueline Haas  
Examinador 2

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elisete Bernardi  
Examinador 3

Tramandaí, 2019

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço ao meu orientador Dr. Jonas José Seminotti por acreditar neste trabalho e pelos conhecimentos compartilhados ao longo dessa caminhada na Educação do Campo. Agradeço aos meus familiares, em especial a minha mãe, meu pai e meu irmão por sempre demonstrarem apoio e incentivarem a cultura e a educação ao longo de toda a minha vida. Agradeço ao escritório municipal da EMATER/ASCAR de Imbé por todo o auxílio e suporte prestado durante a minha pesquisa e em especial ao meu grande amigo Flávio, extensionista da EMATER em Imbé e agradeço a todos os pescadores artesanais que participaram deste trabalho de forma voluntária. Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seus professores por disponibilizarem todos os recursos e condições necessárias para o desenvolvimento acadêmico com a qualidade que a minha formação exige.

***“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (Paulo Freire)***

## ÍNDICE:

<b>1.INTRODUÇÃO:</b> .....	8
<b>2.REVISÃO DE LITERATURA:</b> .....	11
<b>3.METODOLOGIA:</b> .....	16
<b>4.RESULTADOS E DISCUSSÃO:</b> .....	18
<b>5.CONCLUSÃO:</b> .....	37
<b>BIBLIOGRAFIA:</b> .....	40

## **Resumo:**

O trabalho analisou a escolaridade de 12 pescadores artesanais no município de Imbé, Rio Grande do Sul, Brasil e os impactos na vida e na profissão desses pescadores. A pesquisa é um estudo de caso, com uma metodologia quali-quantitativa, onde foram realizadas 12 entrevistas semi-estruturadas, com 14 questões. As entrevistas revelaram um predomínio do gênero masculino, elevada média de idade, um baixo nível de escolaridade na profissão e uma história de vida ligada a pesca através dos laços familiares. Dos 12 pescadores entrevistados, nenhum concluiu os estudos, oito pescadores não chegaram a concluir o ensino fundamental, sendo que três cursaram somente as séries iniciais, e somente dois chegaram a cursar o ensino médio. Esses resultados seguem uma tendência descrita em outros trabalhos realizados no estado do Rio Grande do Sul para esta profissão como os de Garcez e Botero (2005), Gonçalves e D'Incao (2016) e Basaglia (2008). A pesca é um fator socioeconômico importante para o município, sendo indispensável a compreensão das características sociais e variáveis envolvidas na vida e profissão dessa população tradicional.

**Palavras-chave:** Pescadores artesanais, população tradicional, escolaridade

### **Abstract:**

The study analyzed the schooling of 12 artisanal fishermen in the municipality of Imbé, Rio Grande do Sul, Brazil and the impacts in the life and profession of these fishermen. The research is a case study, with a qualitative-quantitative methodology, in 12 semi-structured interviews, with 14 questions. The interviews revealed a predominance of the male gender, a high average age, a low level of education in the profession and a life history linked to fishing through family ties. Of the 12 fishermen interviewed, none completed the studies, eight fishermen did not complete the elementary school, three of them only attended the initial grades, and only two curse high school. These results follow a trend described in other studies carried out in the state of Rio Grande do Sul for this profession as those of Garcez and Botero (2005), Gonçalves and D'Incao (2016) and Basaglia (2008). Fishing is an important socioeconomic factor for the municipality, and it is indispensable to understand the social and variable characteristics involved in the life and profession of this traditional population.

**Keywords:** artisanal fishermen, traditional population, schooling

## **1.Introdução:**

O presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos das características sociais na escolaridade dos pescadores artesanais no município de Imbé, Rio Grande do Sul, Brasil, procurando entender o papel que a educação escolar tem para esta população artesanal quanto à procura e acesso às políticas públicas e para a profissão de pescador.

A justificativa para a realização desta pesquisa está centrada nos dados preocupantes trazido por alguns autores sobre a baixa escolaridade, alta média de idade e falta de visibilidade do gênero feminino na profissão de pescador artesanal. Estudos sobre o perfil socioeconômico de populações de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul demonstram um baixo nível de escolaridade, uma baixa remuneração e uma insatisfação com a profissão como os estudos de Garcez e Botero (2005), Basaglia (2008) e Gonçalves e D’Incao (2016), mas sem dados específicos para os pescadores do município de Imbé.

A falta de dados sobre a escolaridade dessa população no escritório da EMATER, empresa de assistência técnica rural, em Imbé, que tem como missão promover o desenvolvimento social e rural sustentável, também reforçou a importância de uma pesquisa sobre o tema para obter dados que contribuam para a manutenção dessa população tradicional no município, visando o bem-estar e desenvolvimento social da mesma, para assegurar a sucessão nessa profissão e a continuidade dessa cultura.

Segundo Adomilli (2002), a pesca artesanal é a detenção do saber sobre a natureza caracterizada pela singularidade da prática de trabalho cuja a tradição é o convívio e conhecimentos desses pescadores artesanais sobre o seu território com ecologias específicas, representando um elemento que preside a identidade do grupo baseada na sobrevivência por meio dessa atividade.

A ocupação humana no território geográfico, onde hoje se localiza o município de Imbé, tem sua história ligada a pesca devido a seus atributos naturais (CUNHA, 2012). Imbé está localizada na planície costeira no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul, Brasil e sua geografia forma uma península,

com fronteiras físicas naturais formadas pelo oceano Atlântico, ao leste, e pelo sistema estuarino-lagunar Tramandaí-Armazém e rio Tramandaí a oeste e também ao sul, onde se localiza a barra que liga a bacia hidrográfica do rio Tramandaí ao oceano. Esse ambiente favoreceu o estabelecimento e a manutenção de populações humanas, primeiramente com as tribos nativas de Guaranis e os Xokleng que utilizavam os recursos pesqueiros das lagoas, rios e do mar para sua subsistência (CUNHA, 2012).

Após a colonização europeia, originou-se o núcleo populacional as margens do Rio Tramandaí por pescadores no século XVII (DA ROSA *et al*, 2010). Atualmente, o sistema estuarino-lagunar de Tramandaí-Armazém vem sofrendo com a pressão antrópica, caracterizada principalmente pela ocupação urbana irregular de suas margens e com a pressão do mercado imobiliário (MACHADO, 2009), obrigando os pescadores artesanais a dividirem os ambientes úmidos com atividades de recreação, navegação e turismo, sofrendo uma grande pressão que dificulta a manutenção da atividade pesqueira e impactando no modo de vida tradicional destes pescadores (GARCEZ & BOTERO, 2005). Essa degradação ambiental causada pela urbanização desordenada e a pressão imobiliária crescente no município é um dos desafios para a manutenção dessa população tradicional em seu local de origem, sendo as vilas de pescadores um forte contraponto ao conjunto urbano constituído nas faixas litorâneas para fins turísticos (Projeto Orla, 2004).

Ao longo da bacia hidrográfica do Rio Tramandaí, existem treze comunidades de pescadores artesanais. (Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, 2005).

A pesca artesanal vem sofrendo uma diminuição drástica nas últimas décadas no mundo todo devido à pesca industrial e a degradação dos ambientes que se reflete na diminuição dos estoques pesqueiros (BERKES *et al*, 2006). Dados obtidos no escritório municipal de Imbé da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), mostram que a pesca no município ainda é realizada por 241 pescadores artesanais, legalizados através da carteira de pesca profissional (EMATER, 2017).

A atividade pesqueira é um fator socioeconômico importante para o município, sendo indispensável o acompanhamento e a compreensão das características sociais e variáveis envolvidas na vida e profissão dessa população de pescadores artesanais em Imbé.

## 2.Revisão de Literatura:

A revisão de literatura foi baseada em estudos com dados referentes ao tema deste trabalho, privilegiando estudos relacionados com a pesca artesanal e com a educação de populações tradicionais obtidos no Lume da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), livros, artigos e Internet através do Google Acadêmico.

O decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, do governo federal, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais diz que Povos e Comunidades Tradicionais são: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As comunidades tradicionais de pescadores, segundo Diegues (2007) possuem características como: dependência dos ciclos e recursos naturais, importância da unidade familiar e/ou vizinhança, a importância da produção para sua manutenção, e a transmissão oral do conhecimento. Os saberes tradicionais estão ligados aos elementos naturais que desempenham papel fundamental para sua perpetuação social e simbólica de seus meios de vida e esses saberes, quando referentes as localizações dos recursos naturais, a construção de apetrechos, as formas de pescar, são transmitidos oralmente pelas gerações familiares.

O sistema estuarino-lagunar Tramandaí-Armazém, área utilizada pelos pescadores artesanais de Imbé, é um ambiente complexo e dinâmico com espécies altamente adaptadas às condições ambientais adversas e por ser uma zona de transição entre os ambientes aquáticos continentais e o oceano Atlântico, apresenta alta produtividade biológica, pois a água do mar que entra no sistema é rica em nutrientes, assim como as águas do rio Tramandaí ou dos canais que nele deságuam (KAPUSTA *et al*, 2009). Essa riqueza de nutrientes e alta produtividade, favorece as populações de animais que ali se encontram e

que respondem exibindo elevada densidade de indivíduos (KAPUSTA *et al*, 2009).As características ambientais oferecem uma área propícia para o pescador artesanal exercer a sua profissão, desde que se mantenha um equilíbrio ambiental e a qualidade da água nesses corpos hídricos que vem sofrendo rápidas modificações e reduções de área significativas, devido a atividades antrópicas, que acarreta na descaracterização deste ambiente (Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2002).

Carvalho (2011), diz que as populações tradicionais mantêm particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, mostrando a importância que a manutenção do modo de vida dos pescadores artesanais e suas particularidades são produto e produtor de cultura no município. Segundo Diegues (2007), as comunidades tradicionais de pescadores possuem características de dependência dos ciclos e recursos naturais, importância da unidade familiar e a importância da produção para sua manutenção, transmitindo esse conhecimento de forma oral.

Os saberes tradicionais estão ligados aos elementos naturais que desempenham papel fundamental para sua perpetuação social e simbólica de seus meios de vida e esses saberes, quando referentes às localizações dos recursos naturais, desempenham papel crucial na construção de apetrechos, e nas formas de pescar, sendo transmitidas oralmente pelas gerações familiares (DIEGUES, 2007). Para Nascimento (2009), a educação dos povos tradicionais e suas especificidades, são tratadas com descaso no Brasil, ampliando os problemas de analfabetismo, evasão escolar, defasagem idade-série, repetência e reprovação e com currículos discriminatórios com o modo de vida dessas populações.

Garcez e Botero (2005), estimaram a existência de 12.201 pescadores artesanais no Rio Grande do Sul, tendo a pesca como principal atividade econômica, sendo 8.841 legalmente documentados possuindo carteira profissional, o Registro Geral da Pesca (RGP). Esse estudo também revelou que o pescador artesanal do Rio Grande do Sul tem idade média de 42,9 anos (variando entre 18 e 66 anos), com uma estimativa de pelo menos 18 anos no envolvimento com a atividade pesqueira. Cerca de 13% dos pescadores são analfabetos e 80% não completaram o primeiro grau.

Gonçalves e D’Incao (2016) descreveram o perfil dos pescadores artesanais de camarão-rosa em Tramandaí, município vizinho ao de Imbé e que utiliza o mesmo sistema estuarino lagunar Tramandaí-Armazém como área de pesca, onde a faixa etária foi de 45 a 58 anos, com média de 30 anos de profissão. A maioria tem filhos, possui baixa escolaridade e pretende continuar na profissão, mas 92,3% dos pescadores não gostariam que seus filhos os seguissem neste ofício e embora consigam manter suas famílias com a pesca, mostram-se insatisfeitos com a profissão

Basaglia (2008) estimou em 41,6 anos a média de idade de 340 pescadores artesanais licenciados na Lagoa Mirim, no litoral sul do Rio Grande do Sul, com idades entre 20 e 65 anos e baixo grau de escolaridade, onde 70% possui apenas as séries iniciais do ensino fundamental ou menos e os pescadores artesanais das comunidades pesqueiras estudadas também não possuem um alto poder aquisitivo uma vez que o ganho mensal gira em torno de um salário-mínimo.

Johannes (1981, 1998) e Dyer&McGoodwin (1994) demonstram que a manutenção dessa população tradicional e sua cultura, é crucial para manter o conhecimento sobre a natureza e de como usá-la e manejá-la de forma sustentável, já que sua subsistência depende dela.

Angst (2017), analisou os efeitos das políticas públicas na vida das famílias de pescadores artesanais no município de Tramandaí, vizinho ao município de Imbé, onde os pescadores consideram que as políticas públicas abriram espaço para a diversidade de grupos sociais e readequaram os espaços de processamento e comercialização do pescado de modo que possibilitou novos mercados. A autora relata que com o acesso as políticas públicas, os pescadores adquiriram novos equipamentos e apetrechos de pesca que proporcionou maior segurança e agilidade na locomoção até os locais de pesca e facilitando trabalho, ao mesmo tempo em que foram consideradas importantes para a manutenção familiar e a própria continuidade da pesca.

Carvalho (2011), diz que a imagem da escola rural e dos povos tradicionais é carregada de ambiguidades, para uns é romântica, como uma espécie de ingenuidade primitiva e para outros, relacionada à visão do atraso,

da sujeira, da doença e do primitivismo. As populações tradicionais mantêm particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que as diferenciam. Desse modo, o campo é um espaço rico e diverso, que tem suas particularidades e ao mesmo tempo é produto e produtor de cultura. É um espaço emancipatório, um território fecundo de construção da democracia e da solidariedade, ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito a terra, mas, também, pelo direito à educação, à saúde, à organização da produção, pela preservação do meio ambiente, etc.

O conceito de campo pode ser compreendido a partir do conceito de território, este apreendido como o lugar marcado pelo humano. São lugares simbólicos permeados pela diversidade cultural, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos, que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, a um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Tendo como referência esse entendimento de campo é que se concebe a educação do campo como toda ação educativa, que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher a si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida (CARVALHO, 2011).

Souza (2008) diagnosticou que a educação do campo, para populações tradicionais, tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipal, estadual e federal nos últimos anos. Fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, a educação do campo expressa uma nova concepção quanto ao campo, o camponês ou o trabalhador rural, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. Em contraponto à visão de camponês e de rural como sinônimo de arcaico e atrasado, a concepção de educação do campo valoriza os conhecimentos da prática social dos camponeses e enfatiza o campo como lugar de trabalho,

moradia, lazer, sociabilidade, identidade, enfim, como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução social e de desenvolvimento sustentável.

Os movimentos sociais pressionaram o Estado para criar iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e da formação de profissionais para trabalhar nas escolas localizadas no campo para atender as populações tradicionais e suas especificidades e também o desenvolvimento de projetos pedagógicos como cursos de Pedagogia da Terra, cursos de licenciatura em educação do campo, o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) com projetos de educação de jovens e adultos visando à alfabetização, escolarização e capacitação dos trabalhadores dos assentamentos da reforma agrária (SOUZA, 2008).

Para Nascimento (2009), na grande maioria dos municípios brasileiros, a educação do campo e suas especificidades, são tratadas com descaso ampliando os problemas de analfabetismo, evasão escolar, defasagem idade-série, repetência e reprovação, currículos discriminatórios com as populações tradicionais, entre outros.

Esses dados demonstram a importância de um estudo voltado para essa população tradicional no município de Imbé e sua escolaridade, já que não há dados disponíveis na literatura sobre este tema. Segundo a EMATER (2016), a pesca no município é realizada por 241 pescadores artesanais, com média de idade de 52 anos, variando de 22 anos até 87 anos onde os homens representam 69,3% e as mulheres apenas 30,7%, mas sem dados sobre a escolaridade desses atores da pesca. Atualmente a EMATER trabalha com três políticas públicas voltadas para essa população tradicional de pescadores artesanais, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o PBSM (Plano Brasil Sem Miséria) que são federais e o Feaper-RS (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais) que é uma política pública estadual (EMATER, 2016).

### **3. Metodologia:**

O trabalho analisou a escolaridade de 12 pescadores artesanais no município de Imbé, Rio Grande do Sul, Brasil. Cada pescador respondeu voluntariamente a um questionário semiestruturado realizado através de entrevistas presenciais com perguntas que buscaram responder os objetivos do trabalho, verificando se a escolaridade interfere na procura e acesso às políticas públicas por parte dos pescadores artesanais do município de Imbé, buscando entender se a escolaridade é importante para a profissão, segundo a opinião dos pescadores.

A pesquisa é um estudo de caso com 12 pescadores artesanais do município de Imbé, com uma metodologia quali-quantitativa. Qualitativa porque visa o aprofundamento da compreensão dessa população tradicional e o impacto em aspectos importantes de suas vidas, sem julgamentos e nem preconceitos do pesquisador para não contaminar a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Quantitativa porque essa pesquisa busca quantificar as respostas, buscando uma linguagem matemática para descrever o impacto que a escolaridade tem na atividade pesqueira dessa população tradicional (FONSECA, 2002).

Fonseca (2002) diz que a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Para responder aos objetivos deste trabalho, foram realizadas 12 entrevistas semi-estruturadas, com questões balizadoras junto aos pescadores artesanais do município de Imbé.

As questões abordaram os seguintes dados e temas:

- 1- Gênero:
- 2- Idade:
- 3- Nasceu em qual município?
- 4- Há quanto tempo pesca na bacia hidrográfica do Rio Tramandaí?

- 5- É descendente de pescadores(as)?
- 6- Já exerceu ou exerce alguma outra atividade para fins de remuneração além da pesca?
- 7- Você acha que a renda da atividade pesqueira é satisfatória?
- 8- Quantas pessoas, na sua residência, dependem diretamente da renda que provém da pesca?
- 9- Tem filhos? Se sim, gostaria que fossem pescadores?
- 10- Qual o seu grau de escolaridade? O que motivou a terminar ou não os estudos? Se não terminou, pensa em terminar? Por quê?
- 11- Na sua opinião, é importante para o pescador terminar os estudos ou a escolaridade não interfere na profissão? Por quê?
- 12- Já foi beneficiado com alguma política pública para obtenção de crédito para compra de materiais para a atividade pesqueira?
- 13- Você acha que os estoques pesqueiros estão estáveis, aumentaram ou diminuíram na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí? Por quê?
- 14- Qual a arte de pesca utilizada para a captura do pescado? Quais são as principais espécies de peixes que você pesca?

As entrevistas foram realizadas nos meses de março e abril de 2019, sendo os pescadores escolhidos de forma aleatória. Para o tratamento dos dados obtidos nas entrevistas, os resultados foram analisados e discutidos em cada uma das perguntas.

#### 4.Resultados e Discussões:

Dos 12 pescadores entrevistados no trabalho, somente três são do gênero feminino (25%) e nove são do gênero masculino (75%) (gráfico 1). Esses números se mostram parecidos com a porcentagem de mulheres e de homens que são considerados pescadores artesanais no município de Imbé, segundo os dados do escritório municipal da EMATER, onde de 241 pescadores artesanais os homens representam 69,3% e as mulheres apenas 30,7%.

Gráfico 1- Representatividade, em porcentagem, dos gêneros dos pescadores entrevistados.



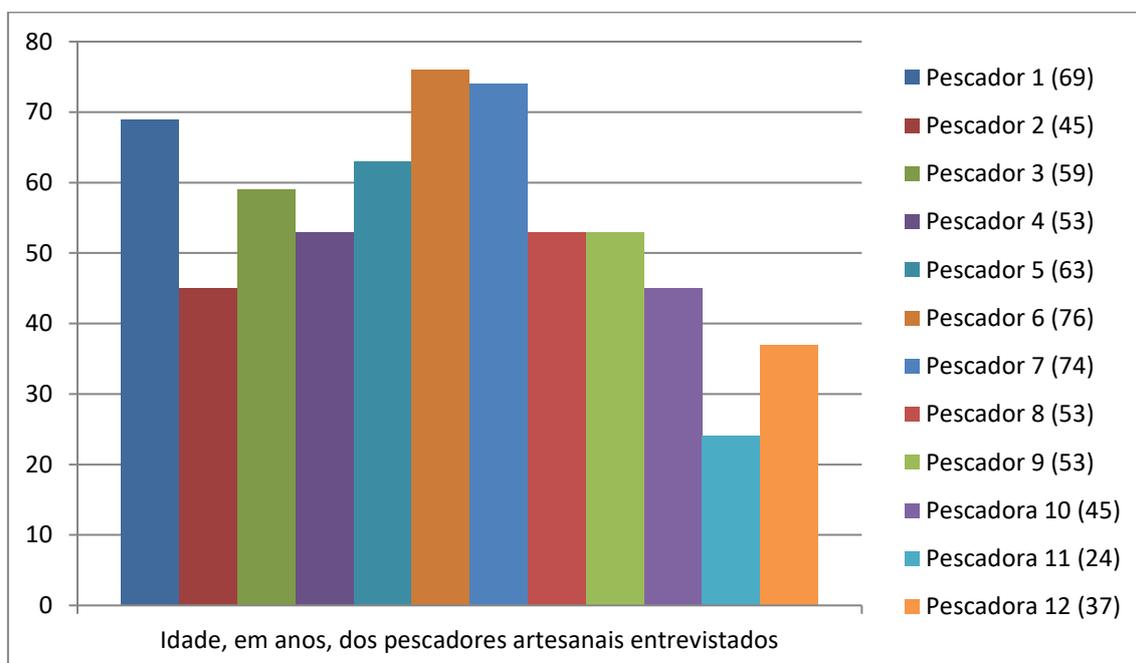
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

A dominância pelo gênero masculino na pesca artesanal em Imbé, também foi observada em outras comunidades de pescadores artesanais nos trabalhos de Garcez e Botero (2005) e Basaglia (2008), onde os autores encontraram valores ainda menores do que os observados em Imbé, entre 8 e 10% do total de pescadores artesanais no estado eram do gênero feminino (GARCEZ e BOTERO, 2005) e 29% sendo mulheres na lagoa Mirim (BASAGLIA, 2008). Na pesca do camarão-rosa no município de Tramandaí, vizinho de Imbé, Gonçalves e D’Incao (2016) não observaram mulheres exercendo a atividade,

revelando um domínio completo por homens nessa pescaria. A falta de reconhecimento do gênero feminino na pesca artesanal já foi diagnosticada nos trabalhos de Figueiredo e Prost (2014) e Silva e Leitão (2012).

As idades dos 12 pescadores artesanais entrevistados variaram de 24 até os 76 anos de idade (gráfico 2). Um dado relevante é que dos 12 pescadores, 8 possuem mais de 50 anos, representando 2/3 dos entrevistados. A média da idade dos entrevistados foi de 54,25 anos, o que se mostrou dentro do esperado já que a média de idade dos pescadores artesanais do município é de 52 anos (EMATER, 2017).

Gráfico 2- Idade, em anos, dos pescadores e pescadoras artesanais entrevistados no município de Imbé.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

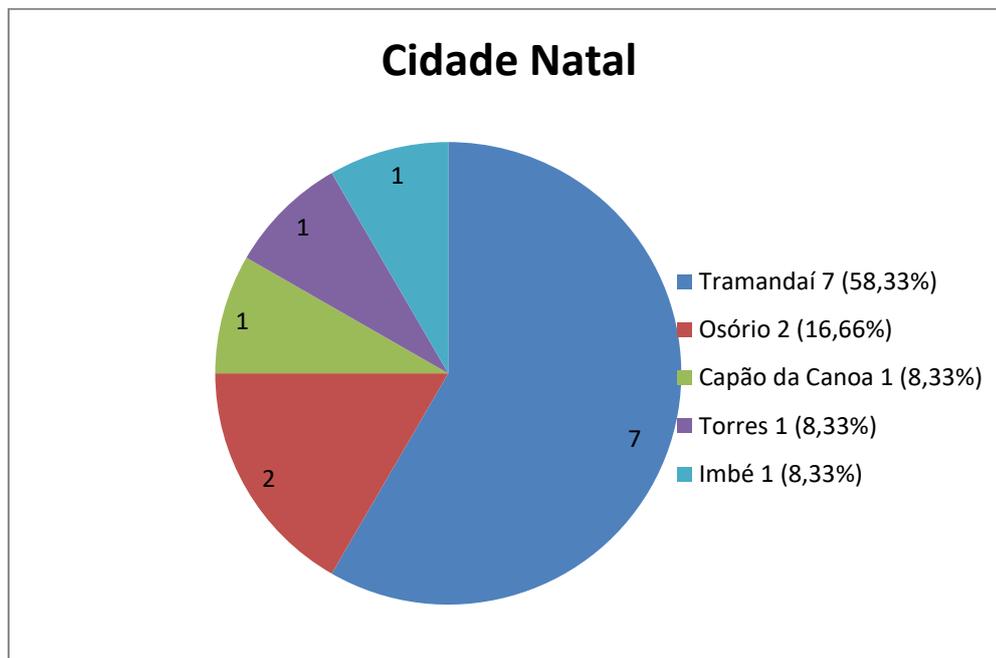
A elevada média de idade dos pescadores e o fato de somente dois entrevistados terem menos de 40 anos, comprova o envelhecimento dos pescadores artesanais e a falta de sucessão na atividade, além da dominância do gênero masculino nessa profissão. Esses números confirmam uma tendência observada em trabalhos anteriores como o de, Gonçalves e D’Incao (2016),

Figueiredo e Prost (2014) e Silva e Leitão (2012), porém os trabalhos de Garcez e Botero (2005) e Basaglia (2008) que apesar de demonstrarem uma dominância do sexo masculino, apresentaram médias de idade um pouco menor que a dos pescadores de Imbé.

As pescadoras do gênero feminino demonstraram idade menor em relação ao gênero masculino, sendo a média de idade entre as mulheres 35,3 anos e para os homens 60,5, mas devido ao  $n$  amostral baixo não pode ser generalizado como uma tendência entre os gêneros na pesca artesanal em Imbé pois a média de idade no banco de dados da EMATER em Imbé para os gêneros não diferenciou significativamente, sendo de 53 anos para os homens e 51 para as mulheres (EMATER, 2017).

A maioria dos entrevistados nasceu no município de Tramandaí (7), cidade vizinha ao município de Imbé e que compartilha o sistema estuarino-lagunar Tramandaí-Armazém com Imbé. Dois nasceram no município de Osório, uma no município de Capão da Canoa, uma no município de Torres e somente um no município de Imbé (gráfico 3). O alto número de entrevistados nascidos em Tramandaí se explica pelo fato de Imbé não possuir um hospital e não realizar partos nos seus postos de saúde. O único pescador que nasceu em Imbé, relatou que o seu parto foi realizado por uma parteira na casa de seus pais.

Gráfico 3- Distribuição em porcentagem dos nascimentos dos pescadores artesanais em cada município.

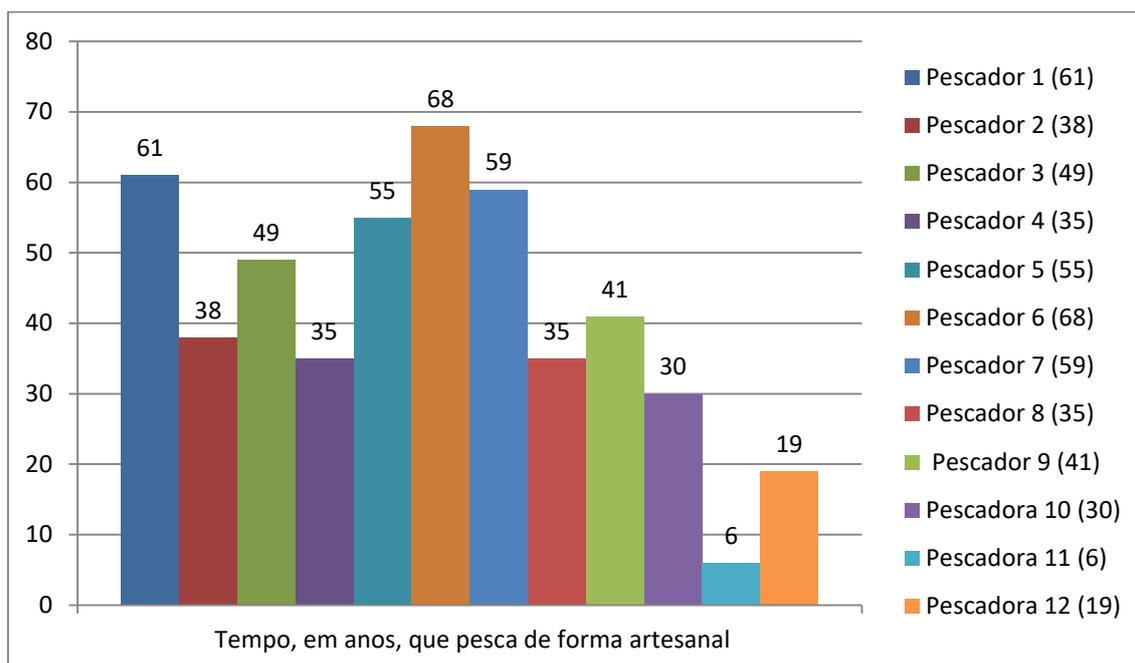


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

O que chama a atenção é que todos os entrevistados nasceram em municípios localizados no litoral norte do Rio Grande do Sul e que fazem parte da Bacia hidrográfica do Rio Tramandaí, mostrando uma ligação cultural e histórica com a área utilizada para a pesca.

Dos 12 pescadores entrevistados, dois exercem a profissão de pescadores artesanais há mais de 60 anos, dois há mais de 50 anos, dois há mais de 40 anos e quatro há mais de 30 anos. Somente duas pescadoras pescam há menos de 20 anos, mas são as que apresentam as menores idades entre os entrevistados (gráfico 4).

Gráfico 4- Tempo, em anos, que pesca de forma artesanal.

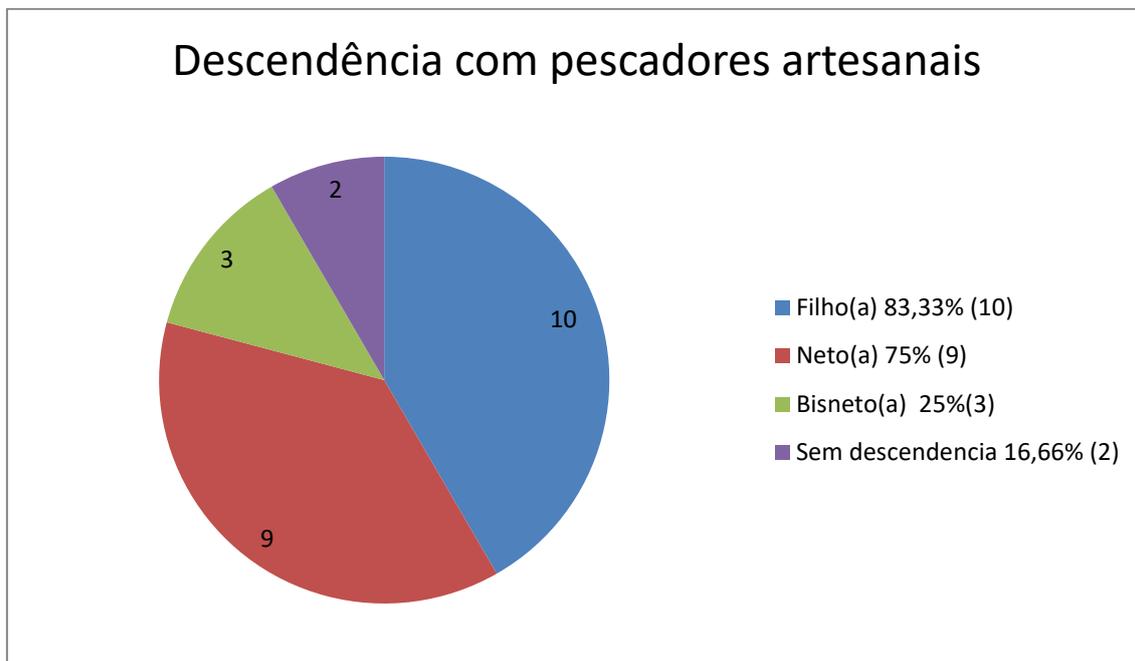


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Esses valores correspondem a uma média de 41,33 anos de profissão dos pescadores entrevistados neste trabalho. Outras pesquisas como a de Gonçalves e D'Incao (2016) onde os autores observaram que os pescadores artesanais de camarão-rosa em Tramandaí possuem média de 30 anos de profissão e de Garcez e Botero (2005) onde estimaram um mínimo de 18 anos de envolvimento com a pesca do total de pescadores artesanais do Rio Grande do Sul, demonstraram um tempo de profissão menor que os descritos no município de Imbé. Isso realça a ligação que esses pescadores têm com a bacia hidrográfica do rio Tramandaí.

Entre os 12 pescadores entrevistados, somente dois não são descendentes de pescadores artesanais. Todos os outros demonstraram uma ligação familiar com a profissão, sendo a maioria deles filhos e netos e alguns até mesmo bisnetos de pescadores artesanais (gráfico 5).

Gráfico 5- Descendência com pescadores artesanais, em porcentagem entre os entrevistados pela pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Essa ligação familiar com a profissão demonstra como a pesca artesanal faz parte da cultura desses pescadores. Segundo Garcez e Botero (2005), a atividade de pesca artesanal no estado do Rio Grande do Sul costuma ter início na infância, em continuidade à principal atividade e/ou profissão dos pais, sendo o conhecimento transmitido de pai para filho.

Dos 12 pescadores artesanais, somente dois responderam só terem exercido a pesca como profissão, os outros 10 já realizaram outros trabalhos para complemento da renda familiar.

Os trabalhos descritos foram variados, como fabricação de redes de pesca, caixa de supermercado, em padaria, em floricultura, como balconista, mecânico de motores navais, como vendedor, funcionário da prefeitura (cargo de confiança), salva vidas civil, na construção civil, vigia, zeladoria e até infante do exército.

Todos responderam que a profissão de pescador é a principal geradora de renda em suas casas, mas os que trabalharam em outros empregos

justificaram como sendo uma fonte de complemento financeiro, principalmente nos meses de verão quando não se pode pescar no município, pois nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, se aplica o período de defeso, do dia 15 de dezembro até 31 de março, e também fica proibida a colocação de redes de cabo nos meses de verão (de 15 de dezembro a 15 de março) na orla marinha do município (Lei municipal nº 1328).

Sobre a opinião dos pescadores sobre a satisfação com a renda gerada pela profissão, não houve um consenso.

Dos 12 entrevistados, cinco não consideram a renda satisfatória em relação ao esforço que a profissão exige e também devido à falta de segurança legal para eles pescarem, pois segundo eles, a legislação é instável e modificada seguidamente. Por não haver uma proteção por parte do município para o beneficiamento do pescado, necessário para agregar valor comercial ao produto final, houve muita reclamação com relação ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que é responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis. O SIM foi apontado pelos pescadores como uma burocracia que dificulta a comercialização do pescado, pois sem ele o pescador não pode agregar valor ao produto, sendo obrigado pela legislação a vender o peixe inteiro e impedido de filetar o animal.

Quatro pescadores consideraram a renda proveniente da pesca como sendo boa e satisfatória, justificando principalmente pela facilidade encontrada atualmente para a venda direta ao consumidor e também pelo maior valor do produto.

Três consideraram a renda dessa profissão razoável, dizendo que dá para manter a família, mas que viver somente da pesca é difícil. Esses pescadores relataram complementarem a renda familiar com trabalhos informais para uma maior estabilidade financeira.

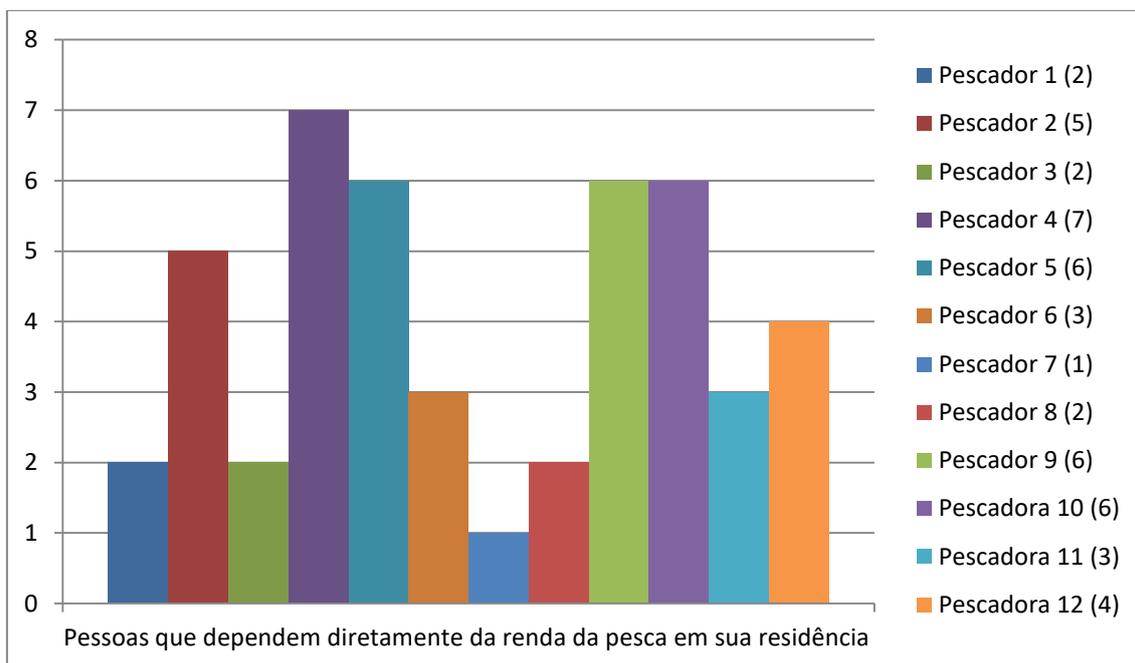
Apesar da variação nas respostas, todos afirmaram que atualmente a pesca está mais valorizada e com um maior retorno financeiro do que no passado.

Outros trabalhos já trataram sobre a renda e a satisfação dos pescadores com relação a remuneração da profissão. Garcez e Botero (2005), estimaram a existência de 12.201 pescadores artesanais no Rio Grande do Sul, tendo a pesca como principal atividade econômica, Basaglia (2008) observou que os pescadores artesanais das comunidades pesqueiras estudadas na Lagoa Mirim também não possuem um alto poder aquisitivo, uma vez que o ganho mensal gira em torno de um salário-mínimo e Gonçalves e D’Incao (2016) viram que embora os pescadores artesanais de camarão-rosa em Tramandaí consigam manter suas famílias com a pesca, mostram-se insatisfeitos com a renda e profissão.

O número de pessoas que dependem atualmente diretamente da renda da pesca na residência dos entrevistados variou de pescador para pescador, mas todos dizem ter criado seus filhos e sustentado a família com a profissão de pescador artesanal (gráfico 6).

Esse dado é extremamente importante para o conhecimento do impacto sócio econômico que a renda da pesca tem nas famílias de pescadores artesanais e o número de dependentes dessa renda no município de Imbé.

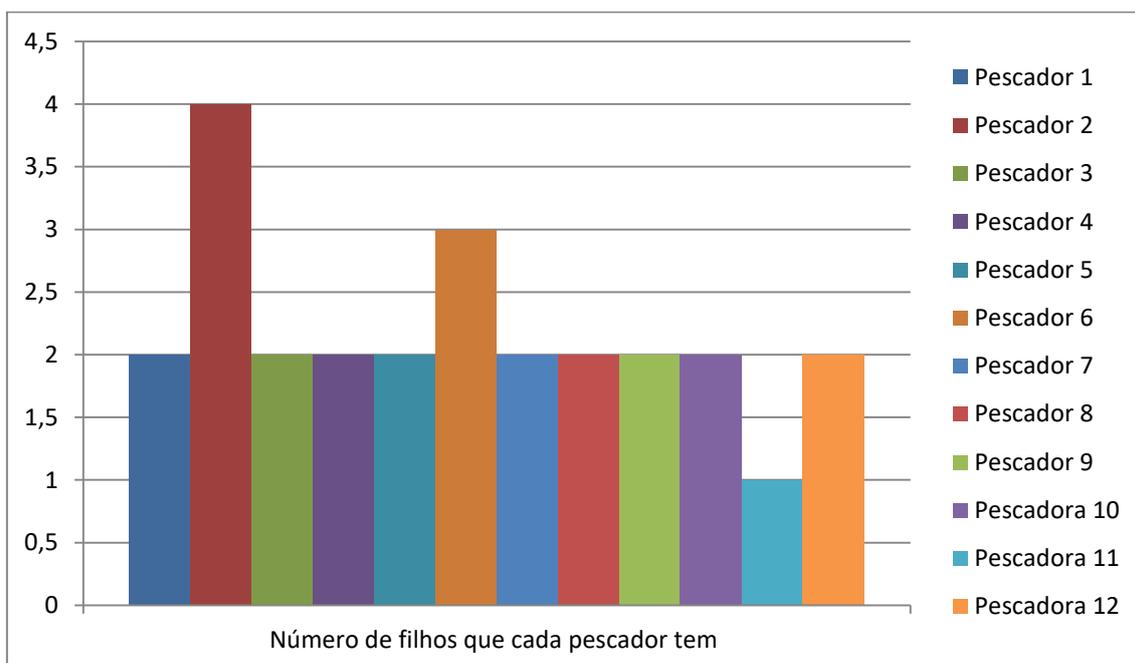
Gráfico 6- Número de pessoas que dependem diretamente da renda da pesca na residência de cada entrevistado.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Todos os pescadores entrevistados possuem filhos, variando o número de um até quatro filhos entre os pescadores (gráfico 7).

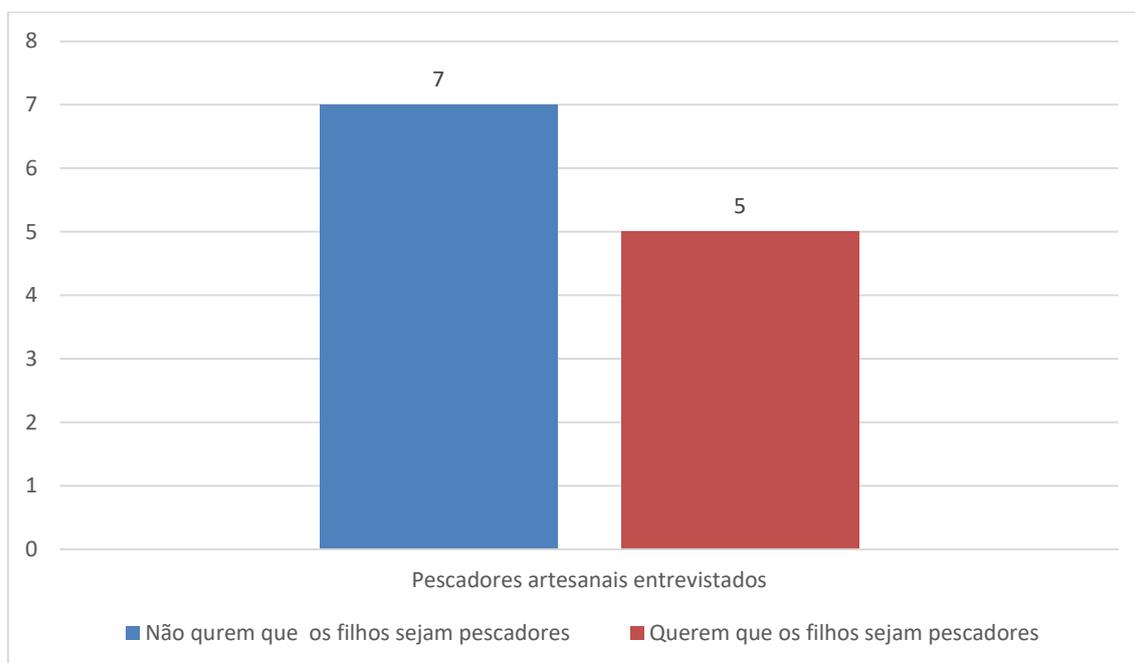
Gráfico 7-Número de filhos que cada pescador tem.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Apesar dos 12 entrevistados terem filhos, sete disseram não querer que os filhos exerçam a profissão e cinco disseram querer que os filhos pesquem (gráfico 8).

Gráfico 8- Quantidade de pescadores artesanais que gostariam que os filhos sejam pescadores artesanais e dos que não gostariam.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Os que responderam não quererem os filhos nessa profissão alegaram que a pesca demanda um alto esforço e muita dedicação que não são compensadas financeiramente, além de ser uma profissão que não é estável do ponto de vista legal e pela incerteza do que e do quanto conseguirão capturar de pescado. Gonçalves e D'Incao (2016) observaram que 92,3% dos pescadores de camarão rosa em Tramandaí não gostariam que seus filhos os seguissem neste ofício e embora consigam manter suas famílias com a pesca, mostram-se insatisfeitos com a profissão. Isso demonstra um risco a sucessão dessa atividade no sistema estuarino lagunar Tramandaí-Armazém.

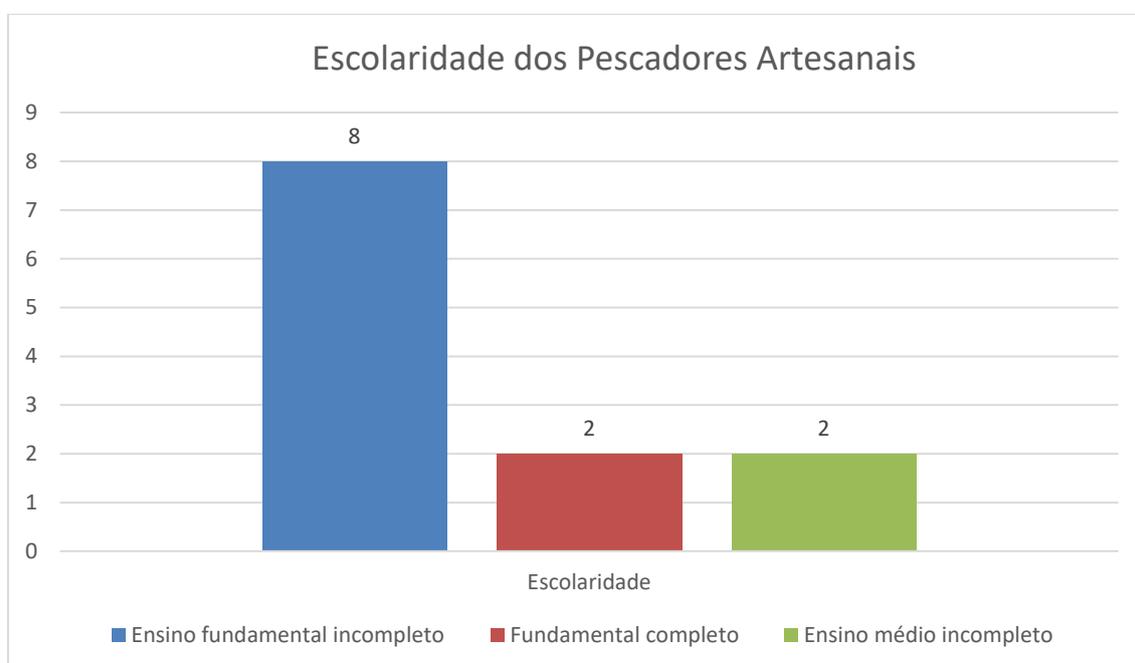
Cinco pescadores levaram os filhos a serem pescadores, três deles alegaram que isso ocorreu devido aos filhos irem juntos e ajudarem nas pescarias desde criança, o que fez com que seguissem pescando naturalmente. Dois disseram que quiseram manter a tradição familiar de

serem pescadores artesanais, fazendo os filhos seguirem o mesmo caminho deles e dos avós para manter viva a história e a tradição da família.

Diegues (2007), descreveu que os conhecimentos sobre a profissão da pesca artesanal são transmitidos de pai para filho através da forma oral e da participação dos filhos na pescaria, onde a família desempenha papel fundamental para a perpetuação social e simbólica de seus meios de vida e saberes, quando referentes as localizações dos recursos naturais, a construção de apetrechos e as formas de pescar. Isso demonstra a importância da opinião dos pais sobre o desejo de verem os filhos serem pescadores, já que a sucessão da profissão depende da unidade familiar.

Dos 12 pescadores entrevistados, oito tem o ensino fundamental incompleto, sendo que três, duas pescadoras e um pescador, responderam terem feito somente as séries iniciais. Dois responderam terem o ensino fundamental completo e dois tem o ensino médio incompleto, sendo uma pescadora e um pescador. Nenhum dos pescadores entrevistados completou os estudos (gráfico 9).

Gráfico 9- A escolaridade dos pescadores artesanais em Imbé



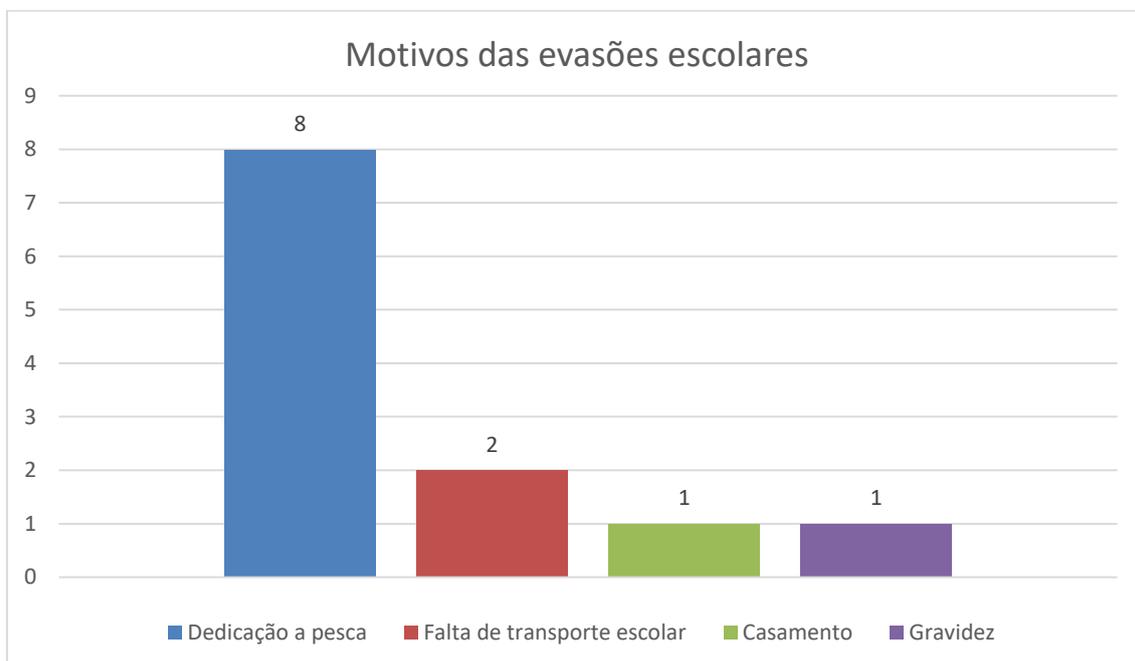
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

A escolaridade não mostrou relação com a idade dos pescadores e nem com o gênero. O que chama a atenção, é o fato de nenhum pescador entrevistado ter concluído os estudos, evidenciando um baixo nível de escolaridade nessa profissão no município.

Outros estudos com os pescadores artesanais no Rio Grande do Sul também demonstraram um baixo grau de escolaridade. Garcez e Botero (2005), estimaram que dos 12.201 pescadores artesanais no Rio Grande do Sul, 13% são analfabetos e 80% não completaram o primeiro grau. Gonçalves e D’Incao (2016) descreveram uma baixa escolaridade para os pescadores artesanais de camarão-rosa em Tramandaí. Basaglia (2008) estimou que 70% dos pescadores artesanais licenciados na Lagoa Mirim, no litoral sul do Rio Grande do Sul possuem apenas as séries iniciais do ensino fundamental.

O motivo dos pescadores não terem concluído os estudos foi majoritariamente a necessidade de trabalhar na pesca, oito pescadores, não encontrando tempo pois segundo eles, a pesca não tem horário, mas a escola sim. Isso torna difícil conciliar a profissão com os horários escolares existentes. Um pescador relatou que não fez o ensino médio devido ao fato de que no passado, só havia escola com oferta desse nível de escolaridade no município de Osório, sendo relatado por ele uma dificuldade em se deslocar até a escola e de encontrar tempo para estudar, já que não havia transporte escolar na época. As três pescadoras entrevistadas responderam motivos diferentes dos apresentados pelos homens sobre o porquê de terem parado com os estudos. A pescadora com menor idade entre os entrevistados respondeu que abandonou os estudos devido a gravidez que a fez parar de frequentar as aulas. Outra pescadora disse que não havia transporte escolar na vila de pescadores em que morava no município de Mostardas, o que causou a sua desistência de frequentar a escola. A terceira pescadora relatou não ter terminado devido ao casamento, dizendo que o seu marido não concordava em ela frequentar a escola, o que a fez abandonar o colégio para não causar discórdia no seu casamento e se dedicar a família (gráfico 10).

Gráfico 10- Os motivos das evasões escolares dos pescadores artesanais entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

De todos os entrevistados, quatro pescadores pensam em voltar aos estudos. Esses pescadores alegaram um desejo pessoal em concluir os estudos, um deles é o que tem o maior grau de escolaridade tendo parado no segundo ano do ensino médio. Um dos pescadores afirmou que os estudos o ajudariam a melhorar sua comunicação, se expressando melhor na busca por conquistas sociais na profissão de pescador artesanal.

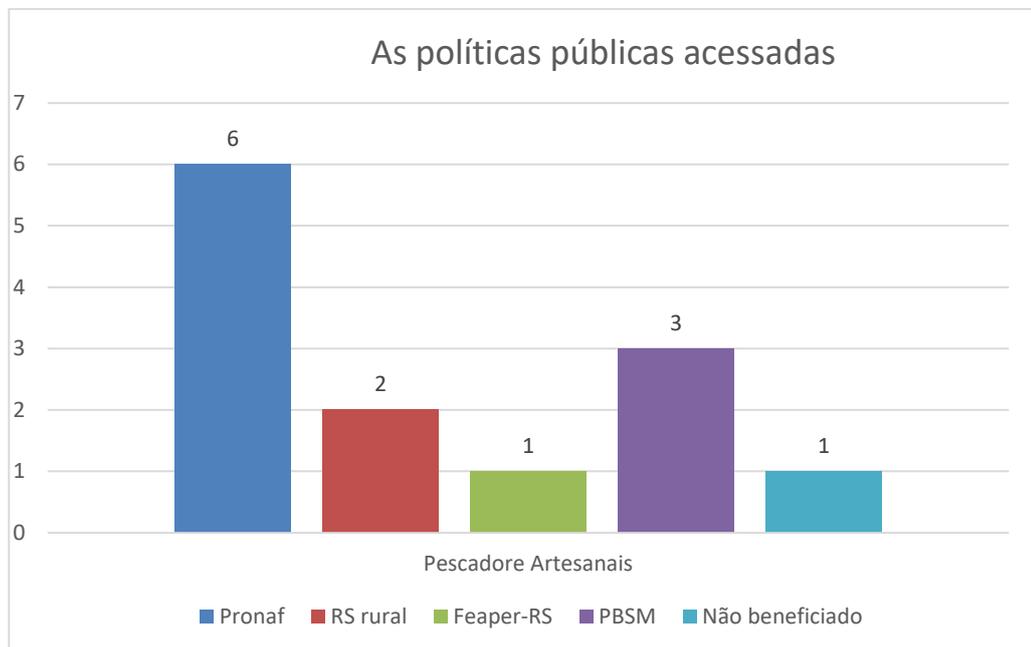
Os oito pescadores que dizem nunca terem pensado em voltar a frequentar o colégio e nem em concluir os estudos, alegam falta de tempo e idade avançada, que para eles é um fator que os excluiu do espaço escolar. Nascimento (2009), diz que na grande maioria dos municípios brasileiros, a educação do campo voltada para populações tradicionais e suas especificidades, são tratadas com descaso ampliando os problemas de analfabetismo, evasão escolar, defasagem idade-série, repetência e reprovação. Outro problema apontado pelo autor são os currículos discriminatórios com as populações tradicionais, que acaba afastando esse ator por não se ver representado e acolhido no espaço escolar.

Sobre a importância em terminar os estudos e a interferência que isso causa na profissão, oito pescadores responderam que é importante a conclusão dos estudos. Esses pescadores foram unânimes ao responderem de forma muito parecida que quanto mais estudo uma pessoa tem, melhor para exercer uma profissão de forma mais eficiente, independente de qual for a profissão. Eles também relataram o benefício que os estudos trazem para terem um maior conhecimento e maior capacidade de argumentação na busca de melhores condições da categoria e de direitos, sendo o conhecimento uma ferramenta importante para o pescador na hora de realizar uma fala nos debates sobre a pesca e sobre o meio ambiente e as espécies que eles pescam.

Quatro pescadores falaram que não faz diferença para a profissão de pescador artesanal. Eles alegaram que a profissão de pescador artesanal se aprende com a prática e não se reconhecem dentro da escola. Isso demonstra a importância de currículos escolares que incluam essa população e sua cultura nos currículos das escolas do município de Imbé, como apontado no trabalho de Nascimento (2009). Johannes (1981, 1998) e Dyere McGoodwin (1994) demonstram que essas populações tradicionais e sua cultura, são cruciais para manter o conhecimento sobre a natureza e de como usá-la e manejá-la de forma sustentável, já que sua subsistência depende dela, reforçando a necessidade de inclusão por parte das escolas desses conhecimentos adquiridos ao longo de várias gerações.

Entre os 12 pescadores entrevistados, somente um ainda não foi beneficiado com alguma política pública, mas está em fase de elaboração de projeto para tentar acessar o crédito para a construção de uma central de beneficiamento de pescado através do Feaper-RS. Os outros 11 pescadores já foram beneficiados por alguma política pública para a compra de materiais de pesca ou para a melhoria das condições de vida (gráfico 11).

Gráfico 11- O número de pescadores artesanais beneficiados por políticas públicas e quais foram essas políticas

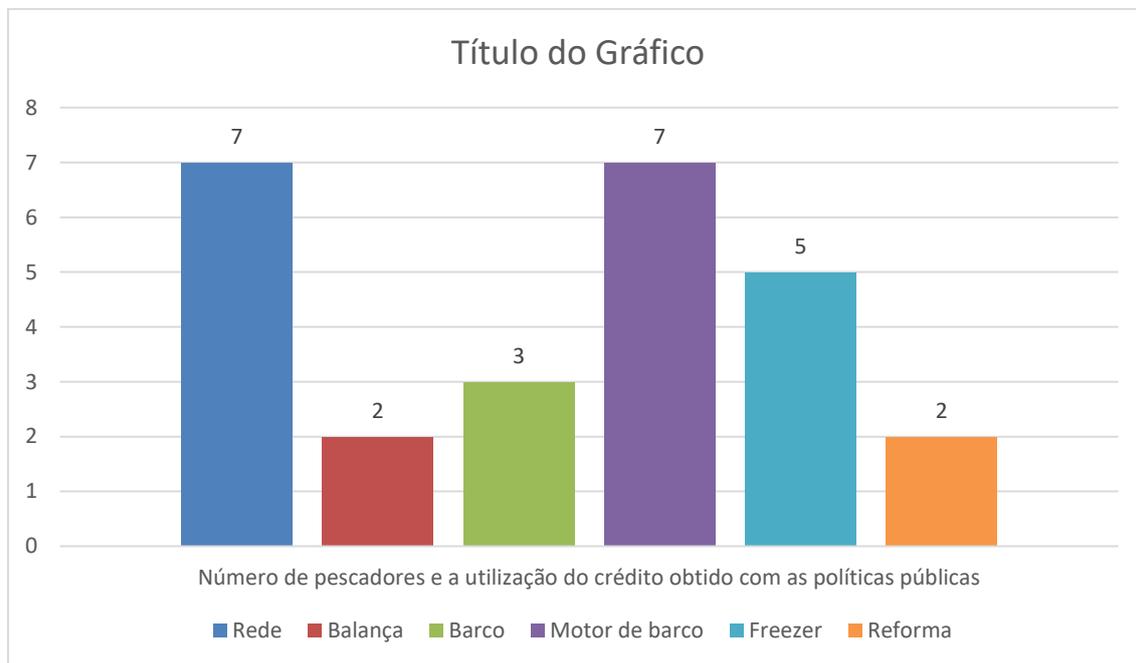


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Somente três pescadores acessaram mais de uma política pública voltada para a obtenção de crédito para compra de matérias ou melhoria das condições de vida dos pescadores, um foi beneficiado pelo RS rural e mais recentemente pelo Pronaf. Os outros dois foram contemplados pelo Pronaf e pelo PBSM.

A utilização do crédito obtido através das políticas públicas foi para compra de freezers, barcos, motores de barco, redes, balanças de precisão e reforma da casa utilizada para armazenamento do pescado (gráfico 12).

Gráfico 12- Número de pescadores e a utilização do crédito obtido através das políticas públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

Um dado que ficou evidenciado nas entrevistas é a importância que as políticas públicas têm na profissão dos pescadores artesanais. Dos 12 entrevistados, 11 relataram que não seria possível a continuidade na profissão se não fossem essas políticas e a obtenção do crédito para a compra dos materiais necessários para a pesca. Isso reflete os resultados encontrados no trabalho de Angst (2017) com os pescadores artesanais no município de Tramandaí, vizinho ao de Imbé e que compartilha a mesma área de pesca.

Todos os pescadores que tiveram acesso a algum tipo de política pública para compra de materiais e melhoramento das condições para a profissão foram obtidos através do trabalho de assistência técnica do extensionista da EMATER em Imbé, mostrando a importância desse trabalho para a profissão no município.

Entre os 12 entrevistados, cinco consideram que os estoques pesqueiros estão estáveis na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, três consideram que os estoques estão diminuindo, três consideram que os estoques estão aumentando

e um pescador considera que algumas espécies estão estáveis, outras estão aumentando e outras diminuindo, como os casos do camarão rosa e do linguado.

As justificativas foram variadas, sendo os que afirmaram que os estoques pesqueiros estão estáveis se basearam na quantidade pescada por eles nos últimos anos, apesar dos cinco concordarem que o camarão rosa e o linguado vêm diminuindo o número de indivíduos nas últimas temporadas.

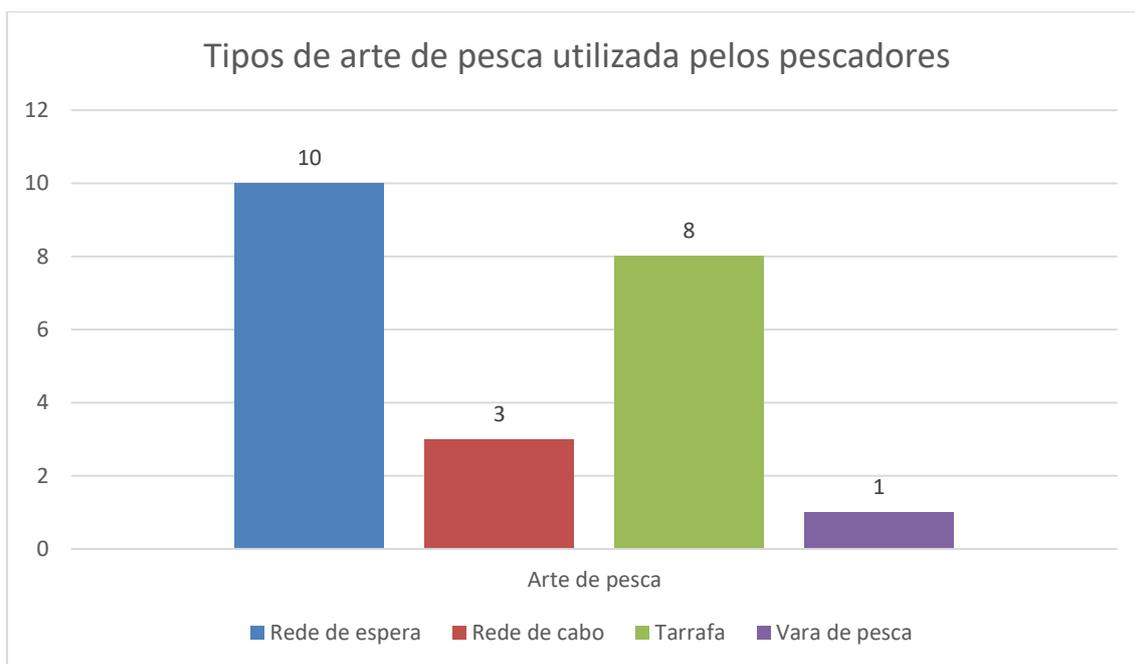
Os que consideram que os estoques diminuíram, relataram que os motivos são a pesca predatória das embarcações industriais que utilizam a pesca de cerco e a pesca de arrasto para as capturas e devido ao aumento de pescadores irregulares (sem carteira de pesca) na região nos últimos anos.

Os três pescadores que afirmaram que os estoques estão aumentando, justificaram pela quantidade pescada por eles nos últimos anos e pelo fato da proibição da pesca do bagre, o que segundo eles aumentou muito o número de indivíduos na Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.

O pescador que relatou que os estoques estão variando de espécie para espécie afirmou que algumas como a tainha e o bagre vem aumentando, outras como a corvina, peixe-rei e pescada amarela, por exemplo, estão estáveis, mas que a miraguaia já não existe mais, pelo menos em número viável para a pesca comercial, assim como o camarão rosa e o linguado que vem diminuindo muito nos últimos anos. A justificativa segundo ele é a sobre pesca (pesca predatória), tanto pela frota industrial como pelos pescadores artesanais e recreativos, e a falta de estudos científicos e acompanhamento do Estado sobre os estoques e espécies pescadas na região.

Entre os 12 pescadores que participaram do estudo, a arte de pesca utilizada por eles para a captura das espécies foi variada, sendo utilizada rede de espera, rede de cabo na beira da praia, tarrafa e vara de pesca (gráfico 13).

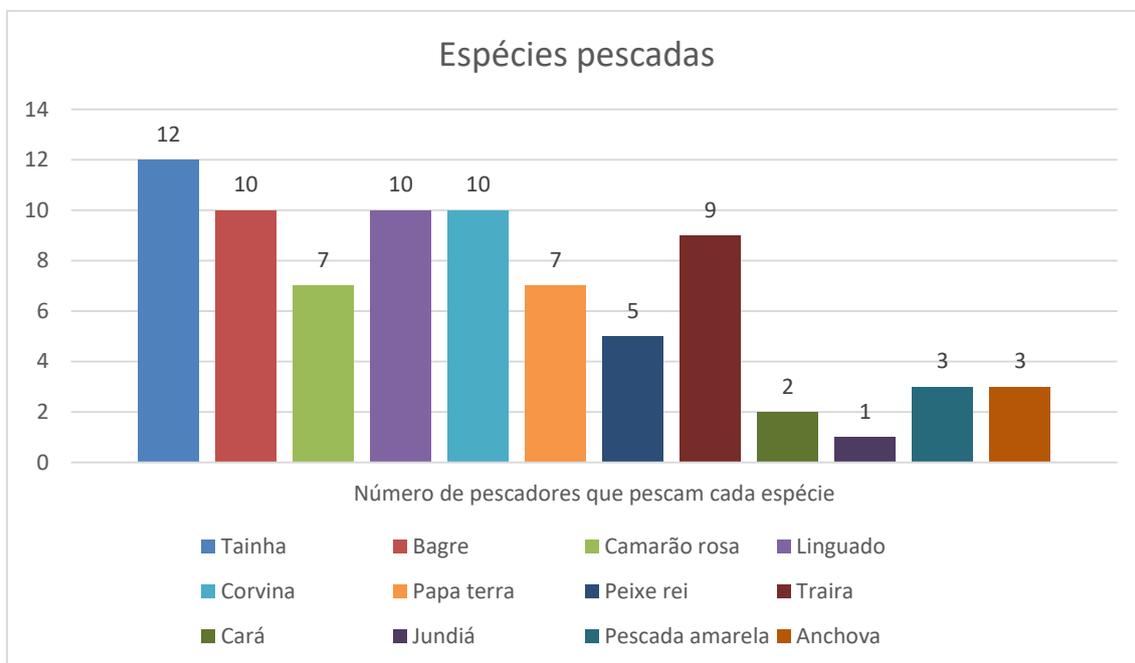
Gráfico 13- As artes de pesca utilizadas pelos pescadores artesanais



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

A maioria dos pescadores utiliza mais de uma arte de pesca para a captura de espécies, sendo que somente duas pescadoras utilizam só a rede de cabo na beira da praia e um pescador utiliza somente a rede de espera. Dois dos pescadores entrevistados utilizam três artes diferentes de pesca, um deles a tarrafa, rede de espera e vara de pesca e o outro, rede de espera, tarrafa e rede de cabo na beira da praia.

Gráfico 14- Número de pescadores que capturam cada uma das espécies alvo da pesca artesanal no município de Imbé.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa com os pescadores artesanais

As espécies alvo capturadas variou entre os pescadores, mas todos pescam mais de uma espécie para comercialização variando conforme a época do ano e disponibilidade do recurso.

## 5. Conclusão

As entrevistas com os pescadores artesanais de Imbé revelaram que as características sociais dessa população tradicional levam a um predomínio do gênero masculino, elevada média de idade, um baixo nível de escolaridade na profissão e uma história de vida ligada a pesca através dos laços familiares. Apesar do  $n$  amostral baixo, esses resultados seguem uma tendência descrita em outros trabalhos realizados no estado do Rio Grande do Sul para as populações tradicionais de pescadores artesanais, como os de Garcez e Botero (2005), Gonçalves e D’Incao (2016) e Basaglia (2008). Entre os 12 pescadores entrevistados, oito não chegaram a concluir o ensino fundamental, sendo que três cursaram somente as séries iniciais, evidenciando um nível muito baixo de escolaridade nesta população tradicional.

Dos 12 pescadores entrevistados, nenhum concluiu o ensino médio, fato preocupante já que as populações tradicionais e suas especificidades são tratadas com descaso na maioria dos municípios brasileiros, ampliando os problemas de analfabetismo, evasão escolar, defasagem idade-série, repetência e reprovação (NASCIMENTO, 2009).

O fato de somente dois pescadores entre os 12 entrevistados terem cursado pelo menos um ano do ensino médio, demonstra a atenção que deve ser dada pelo poder público a esta população tradicional, já que a educação é um direito de todos e um dever do Estado segundo a constituição de 1988. Este trabalho mostra a necessidade de maiores estudos sobre a escolaridade desses pescadores para melhor entendimento do impacto social e econômico que o ensino pode ter na vida e na profissão dessa população tradicional.

O presente trabalho evidenciou que a escolaridade não afeta a busca e o acesso as políticas públicas voltadas para populações tradicionais, sendo o trabalho de assistência técnica da EMATER o principal fator responsável pelo acesso ao crédito e eficiência dos projetos realizados através dessas políticas. O trabalho do extensionista é determinante para a inclusão dessa população nas políticas públicas existentes.

Um dado importante revelado no trabalho é que somente o pescador com maior grau de escolaridade (cursou até o segundo ano do ensino médio) está

tentando acesso, através da EMATER, a política pública do PBSM para realizar um projeto de construção de uma área para o beneficiamento do pescado, agregando maior valor ao seu produto. Como o  $n$  amostral foi pequeno, outros estudos abrangendo o tema da escolaridade dessa população tradicional podem revelar se um grau maior de escolaridade leva os pescadores a desenvolverem melhores projetos para melhorias na profissão e na renda.

A grande maioria dos entrevistados, oito pescadores, consideram importante a conclusão dos estudos para a profissão, pois segundo eles, quanto maior o nível de escolaridade uma pessoa tem, melhor ela irá exercer sua profissão. O trabalho revelou que a maioria reconhece o benefício que os estudos trazem, principalmente para argumentarem com propriedade sobre assuntos pertinentes à pesca e para conquistarem melhores condições e direitos para a categoria. As respostas apresentadas nas entrevistas demonstram que a maioria dos pescadores entrevistados acreditam no papel da escola como formadora de cidadãos críticos.

Os quatro pescadores que não consideram importante a conclusão dos estudos, evidenciaram que não se enxergam representados nos currículos escolares, onde a profissão de pescador artesanal não é trabalhada em sala de aula.

Os horários escolares foram determinantes nas respostas deste trabalho por parte dos pescadores para a desistência escolar, mas uma entrevista relevante foi de uma pescadora que afirmou ter abandonado os estudos nas series iniciais do ensino fundamental devido ao marido não concordar que ela frequente o espaço escolar. Isso revela que ainda existe repressão sobre o gênero feminino e interferência da família nas decisões das mulheres nessas populações tradicionais. Figueiredo e Prost (2014) observaram que a mulher pescadora ainda é marcada pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento na categoria, que é visto como uma extensão do seu papel de dona de casa.

A maioria, oito pescadores, afirmaram não ser possível conciliar a profissão com os estudos, afirmando que a pesca não tem hora certa, mas que a escola sim, não conseguindo manter uma regularidade nas aulas. Uma opção para este problema pode ser a implementação nas escolas do município de

currículos que utilizem a pedagogia da alternância como alternativa para viabilizar uma proposta educativa que possa fazer frente às demandas e especificidades dessa população. Este tipo de organização metodológica alternante entre Tempo Escola e Tempo Comunidade, prioriza a educação dos sujeitos inseridos em uma coletividade e confere protagonismo aos educandos que ali desenvolvem seus processos formativos sendo uma modalidade que possibilita ao sujeito aprender e apreender situações de aprendizagem em espaços formais de ensino, bem como em espaços de vida e trabalho (BONAVIGO e CAIMI, 2018). A pedagogia da alternância implica em reconhecê-la como ponto fundante do processo de articulação entre vida e trabalho, suas peculiaridades, seus princípios e instrumentos aliados à cultura na qual o sujeito reconhece a sua história e a sua ação nos espaços onde vive e trabalha (PIATTI, 2014).

Além da pesca artesanal em Imbé ainda ser dominada pelos homens, a média de idade elevada demonstra o envelhecimento dos pescadores artesanais e está ocorrendo devido à falta de sucessão pelos jovens, botando em risco a continuidade dessa atividade. Se políticas públicas sociais voltadas para a manutenção e sucessão dessa população tradicional não forem desenvolvidas, a pesca artesanal no município de Imbé será extinta.

O Estado precisa tomar providencias para aumentar o nível de escolaridade dessa população tradicional de pescadores no município de Imbé, criando alternativas de ensino e currículos inclusivos que façam esses pescadores permanecerem na escola, diminuindo a evasão escolar. O município tem o dever de criar políticas que ofereçam condições para que seja possível a conclusão dos estudos dos pescadores artesanais, como a oferta do ensino de jovens e adultos (EJA) com horários compatíveis com essa profissão, melhorando o índice de desenvolvimento humano no município de Imbé.

## BIBLIOGRAFIA:

ADOMILLI, G. K. (2002). **Trabalho, Meio Ambiente e Conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe- RS**. Tese de dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Repositório Digital LUME UFRGS*. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3320>. Acesso em 17/05/2019.

ANGST, I. T. (2017) **A Arena da Pesca em Tramandaí: os atores sociais e as políticas públicas**. Tese de dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Repositório Digital LUME UFRGS*. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172687>. Acesso em 17/05/2019.

BASAGLIA, T. P. (2008). **Lagoa Mirim: caracterização da pesca artesanal e composição da captura**. *Repositório Institucional da Universidade Federal do RioGrande*:  
<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6519/cp056244.pdf?sequence=1>  
Acesso em: 15/04/2019.

BAYLEY, P. B. & PETRERE Jr., M. (1989). **Amazon fisheries: assessment methods, current status, and management options**. *Can. Spec. Publ. Fish. Aquat. Sci.*, 106:385-398.

BERKES, F., MAHON, R., McCONNAY, P., POLLNAC, R. & POMEROY, R. (2006). **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Organizado por Kalikoski, DC. *Rio Grande: Ed. FURG*. 360 p.

BONAVIGO, I.& CAIMI, F. E. **A Pedagogia da Alternância no contexto da Educação do Campo: a experiência do Instituto Educar**. 2018.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, acesso em 13/04/2019:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

CUNHA, M. C. da, ALMEIDA, M. W. B. (2001). **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: *CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al.* Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. *São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental*.

CUNHA, L. P. da. (2012) **Índios Xokleng e colonos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (séc. XIX)**. Porto Alegre: Evangraf.

Decreto nº6040, de 7 de fevereiro de 2007, acesso em 13/04/2019:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm)

CARVALHO, R. (2011). **A construção da identidade e da cultura dos povos do campo, entre o preconceito e a resistência: o papel da educação.** Tese (Doutorado em Educação). Piracicaba - SP: UNIMEP.

DIEGUES, A. C. (2007). **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras.** Publicado no I encontro Internacional: Governança da água, São Paulo.

DYER, C. L., McGOODWIN, J. FOLK(1994). **Management in the world's fisheries: Lessons for modern fisheriesmanagement.** *Nivot: University Press of Colorado*, 426 p.

EMATER (2016), **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, escritório municipal de Imbé.**

FIGUEIREDO, M. M. A., & PROST, C. (2014). "O trabalho da mulher na cadeia produtiva da pesca artesanal." *Revista Feminismos* 2.1.

FONSECA, J. J. S. (2002). **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. (2002). **Mapeamento, Diagnóstico e Gerenciamento de Ambientes de Áreas Úmidas na Bacia do Guaíba, tendo em vista sua Preservação ou Conservação.** Pró-Guaíba – Subprograma Parques e Reservas – Projeto II. Estudos para consolidação do Sistema de Parques e Reservas Naturais no Bacia do Guaíba. Porto Alegre. 189p.

GARCEZ, D. S., BOTERO, J. I. S. (2014). **Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande de Sul.** *Atlântica*, Rio Grande, RS, v. 1, p.17-29.

GONÇALVES, R. S.; D'INCAO, F. (2016). **Perfil socioeconômico e laboral dos pescadores artesanais de camarão-rosa no complexo estuarino de Tramandaí (RS), Brasil.** *Boletim do Instituto de Pesca*, v. 42, n. 2, p. 387-401, 2016.

GOLDENBERG, M. (1997). **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JOHANNES, R.E. (1998). **The case for data-less marine resource management: examples from tropical nearshore fin fisheries**. Trends Ecol. vol., London, v. 13, p. 243-246.

JOHANNES, R.E. (1981). **Working with fishermen to improve coastal tropical fisheries and resource management**. *Bull. Mar. Sci.*, 31:673-680.

LUNA, A. J.; SALES, L. T.; SILVA, R. F.; Agrotóxicos: Responsabilidade de Todos (Uma abordagem da questão dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável).

KAPUSTA, S. C.; S. M. FFREITAS, S. M.; FAUSTO, I. V.; WÜRDIG, N. L. **Invertebrados bentônicos do estuário de Tramandaí–Armazém In: Ecossistemas e biodiversidade do Litoral Norte do RS. Porto Alegre: Nova Prova, p. 142-157. 2009.**

MACHADO, N. A. F. (2009). **A sustentabilidade ambiental e o litoral norte do Rio Grande do Sul**. In: Ecossistemas e biodiversidade do Litoral Norte do RS. Porto Alegre: Nova Prova, p. 258-285.

NASCIMENTO, C. G. (2009). **Educação do campo e políticas públicas para além do capital: Hegemonias em disputa**. Tese (doutorado em educação) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF.

PAIVA, M. P. (1997). **Recursos Pesqueiros Estuarinos e Marinheiros do Brasil**. 1ª ed. UUFC, Fortaleza, Brasil, 278pp.

PIATTI, C. B. (2014). **Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura**. Boletim GEPEP, 3(5), 48-64.

Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, [https://www.mprs.mp.br/areas/paibh/arquivos/plano\\_bacia\\_hidrografica\\_rio\\_tramandai.pdf](https://www.mprs.mp.br/areas/paibh/arquivos/plano_bacia_hidrografica_rio_tramandai.pdf) , disponível em 26/04/2019.

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima- Projeto Orla, [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008110506.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008110506.pdf) , disponível em 15/11/2018.

ROSA, G. M. C.; PECK, A. B., FIEGENBAUM, M., BARBOSA, M. S., CUNHA, R. (2010). **A EVOLUÇÃO URBANA DO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O ESTUDO DOS IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA.** Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre.

SILVA, V. L., LEITÃO, M. R. de F. A. (2012). **"A REGULAÇÃO JURÍDICA DA PESCA ARTESANAL NO BRASIL E O PROBLEMA DO RECONHECIMENTO DO TRABALHO PROFISSIONAL DAS PESCADORAS."** 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero.

SOUSA, I. de, SANCHEZ, C. (2008). **Populações tradicionais e a contribuição dos seus saberes para o desenvolvimento das etnociências e para a sustentabilidade.** UVA, Universidade Veiga de Almeida; Tekoa, ano II, 2º edição.

SOUZA, M. A. (2008). **EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E PRODUÇÃO CIENTÍFICA.** Educação & Sociedade, 2008.